



FACULDADE IRECÊ
FACULDADE IRECÊ

BACHARELADO EM DIREITO

LAYANNE DIAS DE OLIVEIRA SILVA

**A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO E AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA-BA**

IRECÊ/BA

2025

LAYANNE DIAS DE OLIVEIRA SILVA

A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO E AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA-BA

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Direito na Faculdade Irecê – FAI, sob a
orientação da professora, Juliana de Almeida Rocha.

LAYANNE DIAS DE OLIVEIRA SILVA

A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO E AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA-BA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel (a) em Direito na Faculdade Irecê – FAI.

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Juliana de Almeida Rocha.

Especialista em direito Ambiental e Direito Previdenciário - Universidade do Oeste do Paraná

Professor (a) da Faculdade de Irecê – FAI

Avaliador (a) 01: Ancelmo Machado Miranda Bastos

Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração

Aplicadas à Educação- UNEB

Professor (a) da Faculdade de Irecê – FAI

Avaliador (a) 02: Julliane Bertole Gonçalves Dourado

Especialista em Direito Público pela Faculdade Fortium

Professor (a) da Faculdade de Irecê – FAI

À todos os agricultores,
em especial ao meu pai.

“Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e o mais Ele fará.” Salmos 37:5. Hoje, Agradeço primeiramente a Ele, meu Deus, que me concedeu a oportunidade de realizar um dos meus maiores sonhos, me guiando e me dando forças para trilhar este caminho. Obrigada, Senhor, por fazer acontecer e preparar muito além do que eu imaginei. Sem Ti, eu não teria chegado até aqui. À minha mãe, Enilda: obrigada por acreditar em mim, por sonhar os meus sonhos, por acolher os meus sentimentos e me fortalecer dia após dia. Obrigada por abdicar de tantas noites de sono para que eu tivesse sempre o melhor. Ao meu pai, Elias: obrigada por me ensinar sobre raízes, por ser minha inspiração e por me mostrar o valor da vida. Aos meus irmãos, Robert e Jônathas: obrigada por cada palavra, por me motivarem e acreditarem que tudo é possível. Vocês quatro mãe, pai, Robert e Jônathas são meu porto seguro, meus exemplos de vida, minha base, minha fortaleza. Agradeço a Deus todos os dias por ter me dado vocês. Obrigada por orarem por mim e por me ensinarem a ser quem eu sou. Eu amo vocês até a eternidade. À Taciane, por ser uma das minhas maiores incentivadoras e por vibrar, obrigada por acreditar em mim desde sempre. À Cristiane, por sempre me lembrar de que sou capaz e de que posso conquistar tudo o que desejo. Obrigada, “Man”, por tudo o que você é para mim. Eu te amo demais, não só a você, mas também à sua família. Obrigada por tudo o que faz por mim. Às Marias e às Anes — minhas amoras: vovó, tia Deza, tia Dinha, Indy, Midi, Keily e Kaily, por serem meus primeiros exemplos, por me incentivarem e por acreditarmos umas nas outras. Eu amo vocês. Aos meus amigos mais antigos, Ian e Láiza, que acreditaram em mim quando nem eu mesma acreditava. À minha amiga Jaque, por me acolher e me ensinar sobre amizade e lealdade, mesmo a quilômetros de distância. Obrigada por todas as palavras, vibrações, apoio e por nunca soltarem minha mão. Às amigas que fiz na faculdade, em especial: Pamela, Uédila, Karen, Ana Clara, Aleandra, Cinthia, Beatriz, Lorrane e Shirley obrigada por me ajudarem a enfrentar o cansaço e suportar os dias mais difíceis com risadas, acolhimento e leveza. À Fátima e à Ana, que chegaram recentemente e trouxeram ainda mais leveza: obrigada pelas palavras de incentivo. Um agradecimento especial aos meus tios, primos e agregados que vibraram comigo e fizeram parte dessa etapa da minha vida. À minha orientadora, Juliana, que abraçou meu tema um assunto tão significativo para mim, com tanta dedicação. Obrigada por acreditar no meu trabalho. Agradeço também, com muito respeito e gratidão, à banca examinadora, pela atenção e contribuições que enriqueceram este trabalho. Por fim, mas não menos importante, meu sincero agradecimento a todos que, mesmo não sendo mencionados aqui, de alguma forma, fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida. Cada palavra de apoio, cada gesto de carinho e cada sorriso de incentivo foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Vocês moram em meu coração e os levarei comigo.

“O que Deus preparou é bem maior
O que Deus tem pra ti, irmão, é bem melhor
Creia nas promessas, creia em Cristo Ele é
contigo Deus vai fazer acontecer.”

-Irmão Lázaro, Deus vai fazer, 2004.

A INTERSEÇÃO ENTRE DIREITO E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AMÉRICA DOURADA-BA

Layanne Dias de Oliveira Silva¹

Juliana de Almeida Rocha²

RESUMO

A agricultura familiar se destaca como um alicerce para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil, sendo essencial para a segurança alimentar, a geração de renda e a preservação ambiental. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a eficácia das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no município de América Dourada – BA, com foco nas atividades rurais. Justifica-se pela relevância social e legal do tema, bem como pela necessidade de avaliar a efetividade de instrumentos legais como o PRONAF, o PAA e a Lei nº 11.326/2006. A metodologia utilizada foi predominantemente quantitativa e documental, com aplicação de questionário estruturado a agricultores familiares locais. Os resultados evidenciam que, embora haja regularização fundiária e conhecimento básico sobre os programas públicos, ainda existem dificuldades consideráveis, como a burocracia, a baixa assistência técnica e o acesso limitado aos direitos assegurados por lei. Além disso, práticas sustentáveis ainda são pouco difundidas, e a percepção dos entrevistados é de que as políticas públicas atendem de forma insuficiente às suas demandas. Conclui-se que, apesar dos progressos legais e institucionais, há uma lacuna entre o que está previsto nas normas e a realidade vivida pelos agricultores familiares, o que reforça a necessidade de maior articulação entre os entes federativos, simplificação dos processos e fortalecimento da extensão rural para que os direitos sociais sejam efetivamente concretizados no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Direitos humanos. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Family farming stands out as a foundation for sustainable rural development in Brazil, being essential for food security, income generation, and environmental preservation. This study aims to analyze the effectiveness of public policies aimed at family farming in the municipality of América Dourada – BA, focusing on rural activities. The relevance of this research lies in its social and legal importance, as well as in the need to assess the effectiveness of legal instruments such as PRONAF, PAA, and Law No. 11.326/2006. The methodology adopted was predominantly quantitative and documentary, using a structured questionnaire applied to local family farmers. The results show that, although there is land regularization and basic knowledge about public programs, there are still significant obstacles such as bureaucracy, limited technical assistance, and restricted access to legally guaranteed rights. Furthermore, sustainable practices are still poorly disseminated, and the interviewees perceive that public policies insufficiently meet their demands. It is concluded that, despite legal and institutional advances, there remains a gap between the provisions of the regulations and the reality experienced by family farmers. This highlights the need for greater coordination among government entities, simplification of processes, and strengthening of rural extension services to ensure the effective realization of social rights in the countryside.

Keywords: Family Farming; Public Policies; Human Rights; Sustainable Development.

SUMÁRIO

1 Introdução	9
2 Metodologia	10
3 Referencial teórico	11
3.1 A agricultura familiar: Conceito, Fundamentos Jurídicos e Perfil do Agricultor	12
3.2 Acesso à terra e Função Social da Propriedade Rural na Agricultura Familiar	13
3.3 Políticas Públicas e Marco legal da Agricultura Familiar	14
3.4 Agricultura Familiar e a Sustentabilidade	15
4 Resultados e discussões	16
4.1 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares de América Dourada.....	16
4.2 Acesso à terra e Situação Fundiária	17
4.3 Políticas Públicas, Burocracia e Acesso aos Direitos.....	18
4.4 Práticas Sustentáveis e Percepções Ambientais	19
Considerações finais	22
Referências.....	23
Anexos	

1 INTRODUÇÃO

De acordo com uma publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2024) a agricultura familiar representa uma das bases fundamentais da economia e da subsistência de milhares de famílias brasileiras, especialmente nas regiões rurais do país. Trata-se de uma modalidade produtiva que avalia práticas tradicionais com a conservação dos recursos naturais, gerando alimentos, trabalho e renda para a população. Diante disso, o Estado brasileiro instituiu políticas públicas específicas para garantir aos pequenos agricultores melhores condições de produção, comercialização e qualidade de vida, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de marcos legais como a Lei nº 11.326/2006, que reconhece e regula a agricultura familiar.

O presente trabalho tem como foco central analisar a interseção entre o Direito e a agricultura familiar, com ênfase nas atividades rurais desenvolvidas no município de América Dourada – BA. A escolha da temática justifica-se pela relevância social, econômica e ambiental da agricultura familiar, bem como pela necessidade de se compreender de que maneira os instrumentos jurídicos, especialmente as políticas públicas e os princípios constitucionais, podem favorecer a efetivação de direitos ligados à dignidade da pessoa humana, à segurança alimentar, e à sustentabilidade ambiental do pequeno produtor rural.

O objetivo geral é demonstrar a eficácia das políticas públicas para as atividades rurais no município de América Dourada. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar as legislações da política nacional da agricultura familiar; explicar os programas regulamentados por essas políticas; analisar a agricultura familiar na perspectiva dos direitos humanos e verificar a efetividade das políticas públicas em América Dourada.

A pesquisa está estruturada em cinco seções. Além desta introdução, o segundo capítulo trata dos fundamentos conceituais e jurídicos da agricultura familiar, tendo como suporte o marco legal relacionado ao tema, incluindo a Constituição Federal, o Estatuto da Terra, a Lei da Agricultura Familiar. O terceiro capítulo expõe o referencial teórico que fundamenta a discussão. O quarto capítulo analisa os resultados e os desafios da aplicação das

políticas públicas na agricultura familiar no município de América Dourada. Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais.

Neste contexto, a pergunta que norteia a pesquisa é: De que forma as políticas públicas e os instrumentos normativos contribuem de maneira eficaz para o fortalecimento das atividades rurais desenvolvidas pela agricultura familiar no município de América Dourada – BA? A partir desta indagação, busca-se entender quais são as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do município e de que forma os recursos jurídicos e as políticas públicas podem ajudar a melhorar suas condições de vida e trabalho.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como documental, com abordagem quanti-qualitativa (quantitativa e qualitativa), uma vez que utilizou a aplicação de um questionário estruturado como instrumento principal para coleta de dados junto aos agricultores familiares do município de América Dourada – BA. Esse questionário foi construído e aplicado por meio da plataforma Google Forms, o que proporcionou maior praticidade, acessibilidade e organização no processo de coleta das respostas. Embora o enfoque principal seja quantitativo, a pesquisa também incorpora aspectos qualitativos na interpretação das percepções e experiências dos participantes, uma vez que, segundo Gil (2008), a abordagem qualitativa permite uma exploração mais profunda dos significados atribuídos pelos sujeitos à sua realidade.

A análise documental consistiu na análise de legislações, programas e políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, como a Lei nº 11.326/2006, que define a agricultura familiar; o Decreto nº 3.991/2001, que dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por meio do fortalecimento econômico da agricultura familiar, oferecendo linhas de crédito e apoio a ações complementares, como assistência técnica, extensão rural e geração de tecnologias e a Lei nº 8.171/1991, que estabelece as bases da política agrícola nacional.

O universo de consistirá em agricultores familiares da América Dourado, selecionados com base em sua experiência no setor e participação em programas como o PRONAF

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) de incentivo à agricultura familiar local.

A coleta de dados ocorreu no mês de maio de 2025, por meio da aplicação de um questionário estruturado com 23 questões, dividido em quatro seções principais. A primeira seção abordou os dados socioeconômicos dos participantes; a segunda, questões relacionadas ao acesso à terra; a terceira seção concentrou-se em aspectos legais e no acesso às políticas públicas voltadas à agricultura familiar; e, por fim, a quarta seção tratou da sustentabilidade e das percepções dos agricultores sobre os desafios.

A amostra da pesquisa foi intencional, composta por agricultores familiares do município de América Dourada que demonstram conhecimento prático e vivência direta com as legislações que impactam a agricultura familiar e os direitos humanos associados a ela. Antes da aplicação do questionário, os participantes tiveram acesso a uma carta de apresentação contendo os objetivos da pesquisa, esclarecimentos éticos e orientações gerais. Como o questionário foi disponibilizado exclusivamente por meio da plataforma Google Forms, o aceite às condições de participação e o consentimento livre e esclarecido se deram de forma digital, ao acessarem e responderem o formulário, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a voluntariedade, o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas.

Além disso, foram utilizados recursos de inteligência artificial, por meio do ChatGPT e Claude, como ferramentas de apoio na organização do texto, na revisão ortográfica e com os gráficos, sem interferir na coleta ou análise dos dados da pesquisa.

A pesquisa é limitada quanto à abrangência geográfica, focando-se no município América Dourada no estado da Bahia. O recorte temporal da pesquisa pode restringir a análise às leis e políticas públicas vigentes no momento da coleta de dados, além de possíveis influências das condições econômicas e políticas locais, limitando suas aplicabilidades em outros contextos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Agricultura Familiar: Conceito, Fundamentos Jurídicos e Perfil do Agricultor

A agricultura familiar é uma forma de organização produtiva rural baseada no trabalho da própria família, sendo considerada um dos pilares da segurança alimentar e do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Seu reconhecimento legal ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.326/2006, que define o agricultor familiar como aquele que utiliza predominantemente mão de obra da própria família, administra sua propriedade com autonomia, reside no estabelecimento ou próximo a ele, possui área de até quatro módulos fiscais e tem renda majoritariamente proveniente de atividades do estabelecimento.

Essa norma, considerada o principal marco normativo da agricultura familiar, a Lei nº 11.326/2006 institui as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar Empreendimentos Familiares Rurais. A partir dela, todas as políticas públicas voltadas ao campo passaram a reconhecer formalmente a agricultura familiar como categoria jurídica própria, sendo obrigatória sua inclusão nos programas de financiamento, comercialização, assistência técnica, educação do campo, previdência e reforma agrária.

De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país e representa mais de 77% dos estabelecimentos agropecuários. Envolve produções diversificadas, como lavouras alimentares (milho, mamona, feijão, mandioca), hortaliças, frutas, e criação de animais (aves, suínos, bovinos). Essa diversidade garante estabilidade de renda e uso eficiente dos recursos naturais. Assim o agricultor familiar é, portanto, agente econômico e sociocultural fundamental para a sustentabilidade no campo.

Além disso, a Lei nº 11.326/2006 também orienta a formulação de políticas específicas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o Plano Safra da Agricultura Familiar, os quais promovem crédito, assistência técnica, acesso ao mercado e proteção contra riscos climáticos e de preço

O campesinato brasileiro, embora historicamente marginalizado, é base da agricultura familiar. Segundo Wanderley (2014), é a expressão de resistência, cultura e produção

sustentável. Movimentos sociais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contribuíram para a conquista de direitos e visibilidade desse setor, que hoje integra programas de apoio como o PRONAF e os Territórios da Cidadania. Reconhecer o valor histórico do campesinato é fundamental para pensar a agricultura familiar como projeto de justiça social e soberania alimentar no campo brasileiro. Para Sabourin et al. (2020), as políticas públicas voltadas à agricultura familiar evoluíram em três gerações: da segurança alimentar, ao acesso a mercados e renda, até a promoção da agroecologia e do desenvolvimento territorial.

3.2 Acesso à terra e Função Social da Propriedade Rural na agricultura familiar

O acesso à terra é um fator determinante para a consolidação da agricultura familiar. A concentração fundiária e a exclusão histórica das populações camponesas tornaram urgente a implementação de políticas de reforma agrária e regularização fundiária. A pequena propriedade rural, quando acessível às famílias agricultoras, proporciona meios de produção, moradia e identidade cultural.

Nesse contexto, a agricultura familiar representa não apenas um modelo produtivo, mas também formas de vida e resistência no campo. Segundo Abramovay (1998), seu valor está na dimensão social, pois promove coesão comunitária, sustenta milhões de famílias rurais e contribui para a segurança alimentar.

A função social da propriedade está definida no art. 186 da Constituição Federal, exigindo que a propriedade rural cumpra com aproveitamento racional dos recursos, utilização adequada dos recursos naturais, relações de trabalho justas e promoção do bem-estar dos trabalhadores rurais. Os agricultores familiares, em geral, são os que mais se aproximam do cumprimento da função social, especialmente pela pequena escala e pela relação direta com os recursos naturais. Como destaca José Afonso da Silva (1980), a função social transcende o interesse individual e visa atender ao bem coletivo e à justiça social no uso da terra.

Em complemento à Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra) foi um marco inicial na regulamentação da estrutura fundiária e das políticas agrárias no Brasil. Ela introduziu o

princípio da função social da propriedade rural, que viria a ser incorporado pela Constituição Federal de 1988. Embora anterior ao conceito atual de agricultura familiar, o Estatuto preparou o terreno jurídico para que essa categoria fosse posteriormente reconhecida como sujeito de direitos no campo.

3.3 Políticas Públicas e o Marco Legal da Agricultura Familiar

A consolidação da agricultura familiar como eixo do desenvolvimento rural no Brasil passou, sobretudo, pelo reconhecimento jurídico e pela formulação de políticas públicas específicas. A partir da década de 1990, o Estado brasileiro intensificou a criação de programas voltados à promoção da agricultura familiar, com destaque para os marcos legais que estruturam esse conjunto de políticas.

A Lei nº 8.171/1991 que trata da Política Agrícola, estabelece os objetivos da ação estatal no setor agropecuário, como o estímulo à produção, pesquisa, assistência técnica, crédito e comercialização. Ela reconhece os agricultores familiares como beneficiários prioritários das ações públicas, o que abriu caminho para programas específicos, como o PRONAF, voltado ao financiamento rural.

O Decreto nº 3.991/2001 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), voltada ao desenvolvimento rural sustentável por meio de apoio técnico aos produtores. Esse instrumento é essencial para capacitar os agricultores familiares e ampliar seu acesso às políticas públicas, especialmente entre populações tradicionalmente excluídas.

Mais recentemente, a Lei nº 14.628/2023 instituiu a Política Nacional de Apoio à Agricultura Familiar e à Segurança Alimentar e Nutricional. Essa norma busca integrar ações em todas as esferas federativas, com foco em crédito, infraestrutura, comercialização e agroecologia, reforçando o protagonismo da agricultura familiar na promoção da soberania alimentar e dos sistemas alimentares locais.

Embora não seja uma lei formal, o Plano Safra da Agricultura Familiar é um importante instrumento de planejamento e destinação de recursos ao setor, especialmente por meio do PRONAF. No ciclo 2024/2025, por exemplo, foram liberados R\$ 29,5 bilhões nos

primeiros quatro meses do plano, o que demonstra o peso orçamentário da agricultura familiar nas políticas públicas agrícolas.

Esses instrumentos normativos e programáticos constituem um marco fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, garantindo condições mínimas para sua sustentabilidade econômica, ambiental e social.

3.4 Agricultura familiar e a Sustentabilidade

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, materializa esse entendimento ao estabelecer que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida", impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações. Esta disposição constitucional encontra na agricultura familiar um campo privilegiado de aplicação, uma vez que os pequenos produtores rurais são, simultaneamente, beneficiários e guardiões dos recursos naturais.

A agricultura familiar incorpora naturalmente diversos princípios do desenvolvimento sustentável identificados pela OCDE, especialmente: a integração de políticas econômicas, ecológicas e sociais; a resiliência ecológica através da diversificação produtiva; o desenvolvimento social pela quebra do ciclo de pobreza rural; o uso sustentável de recursos naturais pela gestão familiar dos sistemas produtivos; a equidade no acesso aos recursos; e a proteção da biodiversidade através da manutenção de variedades locais e práticas tradicionais (GRANZIERA, 2024).

No Brasil, a legislação ambiental, em especial o Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), estabelece importantes obrigações para os produtores rurais, entre elas a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), a manutenção da Reserva Legal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). A legislação prevê tratamento diferenciado para os agricultores familiares, permitindo a continuidade de atividades produtivas em áreas consolidadas, ou seja, aquelas ocupadas antes da vigência da lei desde que adotem práticas agrícolas sustentáveis.

Outro ponto relevante é o uso de agrotóxicos, que ainda está presente em parte dos estabelecimentos familiares. Apesar disso, programas como o PRONAF Agroecologia e políticas estaduais de incentivo à produção orgânica têm estimulado a transição para sistemas mais sustentáveis. Segundo o IBGE (2021), cerca de 33% dos estabelecimentos familiares não utilizam agrotóxicos, com tendência crescente à adoção de defensivos naturais.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) encontram na agricultura familiar um setor estratégico para sua implementação, especialmente no que concerne a acabar com a fome e promover a agricultura sustentável, no acesso a água e saneamento, no trabalho decente e crescimento econômico com cidades e comunidades sustentáveis.

Dessa forma, a conexão entre a agricultura familiar e o Direito Ambiental apresenta uma perspectiva promissora para alcançar o desenvolvimento sustentável, ao equilibrar a produção agrícola, a conservação ambiental e a promoção da justiça social no meio rural brasileiro. Para Antunes (2023), a compatibilização entre produção agrícola e proteção ambiental requer instrumentos jurídicos eficazes, educação ambiental e incentivo à adoção de boas práticas agroecológicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários realizados com sete agricultores familiares no povoado de Ipanema em América Dourada, localizado a 21,9 km da sede municipal. A análise foi organizada em quatro eixos, que correspondem aos objetivos específicos da pesquisa: perfil socioeconômico, acesso à terra, questões legais e acesso às políticas públicas, além das práticas sustentáveis adotadas.

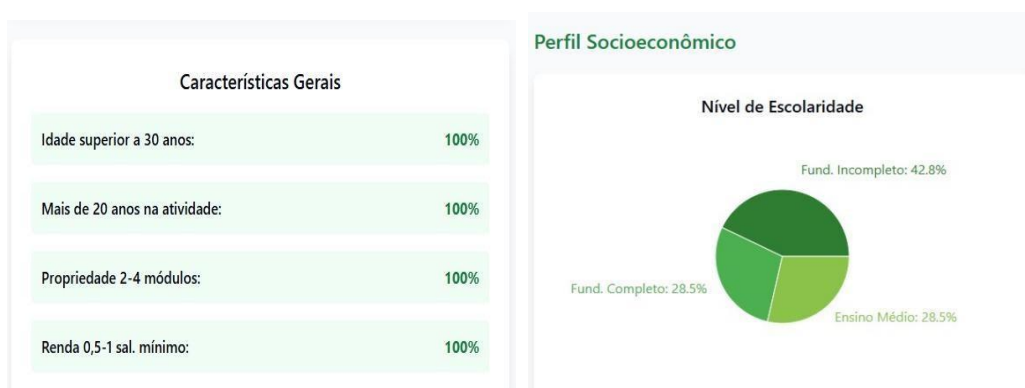
4.1 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares de América Dourada

Os dados revelam que todos os entrevistados (100%) possuem idade superior a 30 anos, demonstrando um envelhecimento da mão de obra no meio rural, o que é uma realidade comum entre os agricultores familiares da região. No que se refere ao tempo de atuação,

100% dos entrevistados afirmaram exercer atividades na agricultura familiar há mais de 20 anos, o que evidencia forte vínculo e tradição com o campo.

Quanto ao nível de escolaridade, observou-se que 42,8% possuem ensino fundamental incompleto, 28,5% possuem ensino fundamental completo e outros 28,5% concluíram o ensino médio. Esses dados revelam uma limitação no acesso à educação formal, o que, muitas vezes, reflete na dificuldade de compreensão e acesso às políticas públicas disponíveis.

No que se refere ao tamanho das propriedades, 100% dos entrevistados possuem áreas entre 2 e 4 módulos fiscais, o que está dentro dos parâmetros legais para a caracterização da agricultura familiar. O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e varia de acordo com o município, levando em consideração fatores como tipo de exploração predominante, produtividade e condições socioeconômicas da região. No geral, ele representa a área mínima necessária para que uma propriedade rural seja economicamente viável. Assim, possuir até quatro módulos fiscais é um dos critérios definidos pela Lei nº 11.326/2006 para enquadramento como agricultor familiar. Além disso, a renda mensal dos entrevistados situa-se entre meio e um salário mínimo (100%), refletindo um padrão de vulnerabilidade socioeconômica, comum entre pequenos produtores rurais, que estão sujeitos às variações sazonais, climáticas e às dificuldades de acesso ao mercado e às políticas públicas.

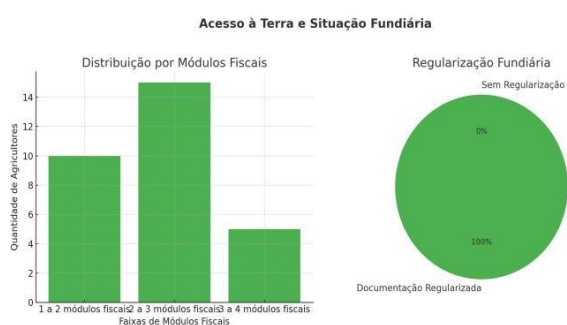


Fonte: Elaboração própria, 2025.

4.2 Acesso à Terra e Situação Fundiária

O inciso XXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 estabelece que a propriedade deve atender à sua função social. Este princípio significa que o uso da propriedade não se limita aos interesses individuais do proprietário, mas também deve levar em consideração o bem-estar social e a utilidade pública. Além do artigo 186 reforça que a função social da propriedade rural é cumprida quando há aproveitamento racional e adequado, utilização dos recursos naturais de forma sustentável, respeito às normas trabalhistas e promoção do bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

No tocante ao acesso à terra, todos os agricultores possuem propriedades entre 1 e 4 módulos fiscais, com documentação regularizada (100%). Este dado reflete uma condição de segurança jurídica que, conforme preconiza o Estatuto da Terra e o Código Florestal, é fundamental para garantir a função social da propriedade rural, bem como possibilitar o acesso às linhas de crédito e aos programas governamentais.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

4.3 Políticas Públicas, Burocracia e Acesso aos Direitos

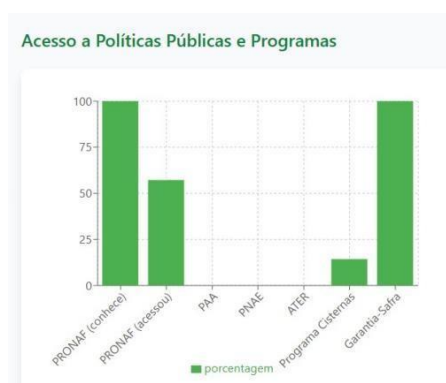
Em relação à documentação necessária para acesso às políticas públicas, 100% dos agricultores possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), embora alguns tenham relatado que ela se encontra vencida, e estão em processo de transição para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Todos os entrevistados (100%) conhecem o programa, porém 42,8% nunca acessaram a linha de crédito, enquanto 57,2% já o fizeram em algum momento. Este dado evidencia que, apesar do conhecimento, ainda há barreiras no acesso efetivo a esse recurso, o que pode estar relacionado à burocracia e à falta de informações.

No que tange aos demais programas observa-se uma fragilidade na diversificação do acesso às políticas públicas. Todos os entrevistados (100%) declararam que, além do Garantia-Safra, não acessaram outros programas e serviços como o PAA, PNAE, a ATER, o Crédito Fundiário e os serviços ofertados SEAF. Apenas um dos sete agricultores, equivalente a aproximadamente 14,3%, informou possuir acesso ao Programa Cisternas. O que evidencia uma lacuna significativa no suporte governamental.

Todos os (100%) agricultores possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo, documento essencial previsto no Código Florestal, que tem por finalidade integrar informações ambientais das propriedades, possibilitando o controle, o monitoramento, o combate ao desmatamento e o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais.

Além disso, nenhum dos entrevistados relatou ter enfrentado dificuldades durante o processo de regularização fundiária, fato que demonstra uma atuação positiva, embora isolada, dos órgãos competentes no âmbito local.

Sobre as dificuldades enfrentadas, todos (100%) apontaram a burocracia e a falta de informações adequadas como os principais entraves, o que dialoga com as críticas presentes na literatura especializada, como as de Silva (2021), que destaca que a excessiva formalização e os procedimentos complexos são barreiras estruturantes para a efetividade das políticas públicas no meio rural.

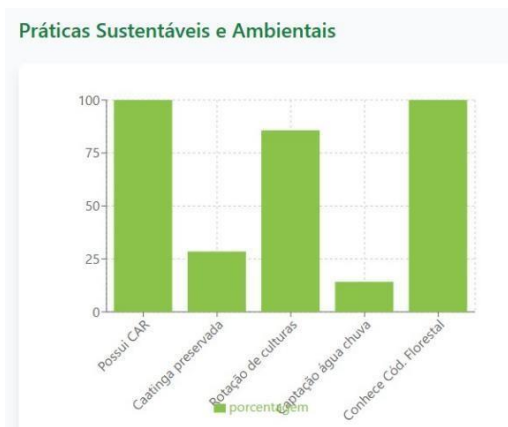


Fonte: Elaboração própria, 2025.

4.4 Práticas Sustentáveis e Percepções Ambientais

A pesquisa também buscou compreender às práticas ambientais, apenas 28,5% dos entrevistados informaram possuir áreas de caatinga nativa preservada, o que revela um baixo índice de conservação ambiental na região. A prática agrícola mais comum é a rotação de culturas, utilizada pela maioria, porém apenas um agricultor (14,2%) declarou realizar a captação de água da chuva, demonstrando que práticas de convivência com o semiárido ainda são pouco adotadas.

No que diz respeito ao conhecimento ambiental, todos os agricultores (100%) afirmaram conhecer o Código Florestal, embora de maneira superficial, por já terem ouvido falar, sem possuir entendimento aprofundado sobre suas aplicabilidades.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A respeito da assistência técnica, apenas 28,5% dos entrevistados relataram recebê-la de forma eventual, o que demonstra uma fragilidade na extensão rural, fundamental para o desenvolvimento de práticas sustentáveis e para o fortalecimento da agricultura familiar.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Quanto à participação em organizações coletivas, 42,8% participam de alguma associação, enquanto os demais, embora não estejam vinculados, manifestaram interesse, o que demonstra um potencial de fortalecimento da organização social na comunidade.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Por fim, quanto à percepção sobre as políticas públicas, 100% dos entrevistados avaliaram que elas “atendem pouco”, o que reflete a insuficiência na efetividade das ações governamentais voltadas para a agricultura familiar na localidade.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Diante da pergunta sobre o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas, de forma unânime, os agricultores destacaram a necessidade de redução da burocracia e ampliação da oferta de informações, além de maior incentivo por parte dos governos municipal, estadual e federal.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral demonstrar a eficácia das políticas públicas para as atividades rurais no município de América Dourada – BA, com foco na agricultura familiar. Para isso, foram definidos quatro objetivos específicos: analisar as legislações da política nacional da agricultura familiar; explicar os programas regulamentados por essas políticas; analisar a agricultura familiar na perspectiva dos direitos humanos; e verificar a efetividade das políticas públicas no contexto local.

A análise da legislação demonstrou que o fundamento jurídico brasileiro voltado à agricultura familiar avançou significativamente a partir da promulgação da Lei nº 11.326/2006, que reconhece essa categoria como sujeito de direitos e estabelece diretrizes para políticas públicas específicas. Esse marco legal foi reforçado por normas como o Estatuto da Terra, a Lei nº 8.171/1991, o Novo Código Florestal e, mais recentemente, a Lei nº 14.628/2023. Tais instrumentos consolidam a agricultura familiar como eixo estratégico do desenvolvimento rural sustentável.

Ao explicar os programas regulamentados por essas políticas, constatou-se que o PRONAF, o PAA, o Garantia-Safra e o Plano Safra da Agricultura Familiar são instrumentos fundamentais para fomentar o acesso ao crédito, à comercialização e à assistência técnica. No entanto, os dados empíricos indicam que grande parte dos agricultores familiares de América Dourada não consegue acessar de forma plena esses programas, seja por barreiras burocráticas,

falta de informação ou assistência técnica deficiente.

Na perspectiva dos direitos humanos, a agricultura familiar se revela um campo de afirmação da dignidade da pessoa humana, da soberania alimentar e da justiça social. Contudo, a realidade dos agricultores entrevistados revela uma desconexão entre os direitos formalmente assegurados e a sua efetivação prática, o que compromete a inclusão social e econômica desse grupo. A posse regularizada da terra é um ponto positivo, mas não suficiente para garantir o pleno exercício dos demais direitos relacionados à produção sustentável e ao acesso a políticas públicas.

Por fim, ao verificar a efetividade das políticas públicas em América Dourada, observou-se que, embora haja certo conhecimento sobre os programas disponíveis, a adesão é limitada e marcada por descontinuidade. A falta de assistência técnica contínua, a dificuldade de acesso ao crédito e a escassez de incentivos voltados à sustentabilidade ambiental são obstáculos relevantes. A percepção dos próprios agricultores reforça essa realidade, ao relatarem insatisfação com a burocracia e a ausência de apoio governamental efetivo.

Dessa forma, conclui-se que, apesar de haver um aparato legal e uma diversidade de programas destinados à agricultura familiar, a eficácia dessas políticas ainda é parcial no contexto investigado. A realidade dos agricultores familiares de América Dourada evidencia a necessidade de maior articulação entre as esferas de governo, investimentos em assistência técnica de qualidade, desburocratização do acesso aos programas e incentivo à organização coletiva, como por meio de associações e cooperativas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimentará R\$ 29,5 bilhões nos primeiros quatro meses. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/11/15/censo-ibge-2022-bahia-e-o-estado-com-maior-populacao-rural-do-pais.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental - 23ª Edição 2023. 23. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.16. ISBN 9786559773787. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773787/>. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.991, de 23 de outubro de 2001. Regulamenta a Lei nº 11.326/2006, que define a Agricultura Familiar. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 11.802, de 13 de novembro de 2023. Institui o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11802.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Institui a Política Agrícola Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1991.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Define a Agricultura Familiar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O Brasil que alimenta: uma celebração à agricultura familiar. MDA, out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/o-brasil-que-alimenta-uma-celebracao-a-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 movimenta R\$ 29,5 bilhões nos primeiros quatro meses. Brasília: MDA, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/plano-safra-da-agricultura-familiar-2024-2025-movimenta-r-29-5-bilhoes-nos-primeiros-quatro-meses>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025. Brasília: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/plano-safra/plano-safra-2024-2025>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-nacional-de-credito-fundiario>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 10 out. 2024.

CAMPOS, Jorge; SILVA, Renato. Direito agrário e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2022.

CORREA, Evandro Cezar; CARVALHO, Laudilon Alves; FO, Braulio Oliveira dos Santos. Desenvolvimento rural sustentável: políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Afonso Cláudio-ES. 2021. Disponível em: [https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3808/\[...\]](https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3808/[...]). Acesso em: 21 maio 2025.

DE CARVALHO, D. A. F.; GOMES, J. M. A. Análise das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro. Revista de Gestão e Secretariado, v. 13, n. 4, p. 2271–2295, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1472>. Acesso em: 15 out. 2024.

FROTA, Maria de Lourdes. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2021.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. 6. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 jun. 2025.

G1. Censo IBGE 2022: Bahia é o estado com maior população rural do país. G1, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/11/15/censo-ibge-2022-bahia-e-o-estado-com-maior-populacao-rural-do-pais.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MARQUES, Benedito F.; MARQUES, Carla Regina S. Direito Agrário Brasileiro - 12ª Edição 2017. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. p.125. ISBN 9788597009118. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009118/>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR. Reforma tributária: conquistas para a agricultura familiar e para alimentação da população brasileira. 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/01/reforma-tributaria-conquistas-para-a-agricultura-familiar-e-para-alimentacao-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 26 maio 2025.

OLIVEIRA, J. R. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: Desafios e Avanços no Brasil. In: FERNANDES, L. M. (org.). Desafios para a Agricultura Familiar no Brasil: Políticas e Práticas de Sustentabilidade. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 45-67.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTILLI, Juliana; EMPERAIRE, Laure. A agrobiodiversidade e os direitos dos agricultores tradicionais. In: Povos Indígenas no Brasil 2001 a 2005. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2006. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 15 maio 2025.

SCHIESARI, C.; MARQUES, P. E. M.; SARRIÉS, G. A. Efeitos da gestão territorial no Índice de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar nos Territórios da Cidadania do estado da Bahia. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 62, n. 3, 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.272742pt>.

SILVA, J. A. Agricultura Familiar e Sustentabilidade no Brasil: Avanços e Desafios. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1980.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=773>.

SOUZA, Flávia. Agricultura Familiar no Semiárido: desafios e potencialidades. Salvador: EDUFBA, 2023.

SOUZA, João. O impacto das políticas públicas no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Portal Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 20 nov. 2024.

STEIN, Ronei T.; COSCOLIN, Renata B. S. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. p.33. ISBN 9786581492083. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492083/>. Acesso em: 10 out. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em 09.02.2012. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr>. Acesso em: 15 maio 2025.

ANEXOS

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

67

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☐ Branca
- ☒ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☒ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☐ Feijão
- ☐ Mamona
- ☐ Hostaliças
- ☐ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☒ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☒ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☒ Sim, DAP ativa
- ☐ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☐ Conhece, mas nunca acessou
- ☒ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☒ Garantia-Safra
- ☒ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☐ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☒ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☒ Sim
- ☐ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☐ Rotação de culturas
- ☐ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☒ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já ouvi, mas não conheço
- ☒ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☐ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☐ Sim, as vezes
- ☒ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☒ Sim
- ☐ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☐ Atendem pouco
- ☒ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Maior incentivo, mais transparência dos órgãos públicas. Maior apoio do SEAF

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

58

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☒ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☒ Feijão
- ☒ Mamona
- ☐ Hostaliças
- ☒ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☐ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☐ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☒ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☐ Sim, DAP ativa
- ☒ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☒ Conhece, mas nunca acessou
- ☐ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☒ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☐ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☒ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☒ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☐ Sim
- ☒ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☐ Rotação de culturas
- ☒ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já ouvi, mas não conheço
- ☐ Conheço pouco
- ☒ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☐ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☒ Sim, as vezes
- ☐ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☒ Sim
- ☐ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☐ Atendem pouco
- ☒ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Mais assistência da seaf, disponibilização mais rápida dos governos.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

67

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Fundamental incompleto
- ☒ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☐ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☐ Feijão
- ☒ Mamona
- ☐ Hostaliças
- ☒ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☐ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☒ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☐ Sim, DAP ativa
- ☒ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☐ Conhece, mas nunca acessou
- ☒ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☐ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☒ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☒ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☐ Sim
- ☒ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☒ Rotação de culturas
- ☐ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já ouvi, mas não conheço
- ☒ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☒ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☐ Sim, as vezes
- ☐ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☐ Sim
- ☒ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☒ Atendem pouco
- ☐ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Assistência técnica, seaf incentivar mais e apoiar mais os agricultores

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

58

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☒ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☒ Feijão
- ☒ Mamona
- ☐ Hostaliças
- ☐ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☐ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☐ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☒ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☐ Sim, DAP ativa
- ☐ Sim, DAP vencida
- ☒ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☐ Conhece, mas nunca acessou
- ☒ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☒ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☐ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☐ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☒ Sim
- ☐ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☐ Rotação de culturas
- ☒ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já ouvi, mas não conheço
- ☒ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☐ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☐ Sim, as vezes
- ☒ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☐ Sim
- ☒ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☒ Atendem pouco
- ☐ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Menos burocracia para o pequeno produtor rural e mais incentivo por parte dos governos estaduais e federais.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

31

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☒ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☒ Feijão
- ☐ Mamona
- ☒ Hostaliças
- ☐ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☐ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☒ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☒ Sim, DAP ativa
- ☐ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☐ Conhece, mas nunca acessou
- ☒ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☐ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☒ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☐ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☐ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☒ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☒ Sim
- ☐ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☒ Rotação de culturas
- ☐ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☒ Já ouvi, mas não conheço
- ☐ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☐ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☒ Sim, as vezes
- ☐ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☒ Sim
- ☐ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☒ Atendem pouco
- ☐ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Mais acompanhamentos e deixar o jogo de interesse.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

42

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☒ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Milho
- ☐ Feijão
- ☐ Mamona
- ☒ Hostaliças
- ☐ Frutas
- ☐ Gado de corte/leite
- ☐ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☐ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☒ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☒ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☒ Sim, DAP ativa
- ☐ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☒ Conhece, mas nunca acessou
- ☐ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☐ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☒ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☐ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☐ Sim
- ☒ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☒ Rotação de culturas
- ☐ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☒ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☐ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☒ Já ouvi, mas não conheço
- ☐ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☒ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☐ Sim, as vezes
- ☐ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☐ Sim
- ☒ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☒ Atendem pouco
- ☐ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Incentivar mais e facilitar o acesso, ajudar mais os agricultores

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Questionário

SEÇÃO 1

Dados Socioeconômicos

1.Idade: _____ anos

78

2.Gênero:

- ☐ Feminino
- ☒ Masculino
- ☐ Prefiro não dizer

3.Como você se identifica em relação à sua cor ou raça?

- ☒ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena.

4.Escolaridade:

- ☐ Não alfabetizado
- ☒ Fundamental incompleto
- ☐ Fundamental completo
- ☐ Médio incompleto
- ☐ Médio completo
- ☐ Superior incompleto
- ☐ Superior Completo.

5.Há quanto tempo atua como agricultor(a) familiar?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 20 anos
- ☒ Mais de 20 anos.

6.O que você planta ou cria na sua roça? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☒ Milho
- ☒ Feijão
- ☒ Mamona
- ☐ Hostaliças
- ☐ Frutas
- ☒ Gado de corte/leite
- ☒ Galinha/aves
- ☐ Outros

7.Qual a renda mensal obtida como agricultor?

- ☒ Até ½ salário mínimo
- ☐ De ½ a 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ Opção 4
- ☐ Acima de 2 salários mínimos

SEÇÃO 2**Acesso à Terra**

8.Qual o tamanho aproximado da sua propriedade?

- ☒ Até 1 módulo fiscal (até 65 hectares)
- ☐ De 1 a 2 módulos
- ☐ De 2 a 4 módulos
- ☐ Acima de 4

9.Qual a situação fundiária da sua terra?

- ☒ Própria regularizada
- ☐ Própria em regularização
- ☐ Posse sem documento
- ☐ Assentamento de reforma agrária
- ☐ Alugada/Arrendada
- ☐ Outro

SEÇÃO 3**Questões Legais e Acesso a Políticas Públicas**

10. Você possui DAP ou CAF?

- ☐ Sim, DAP ativa
- ☒ Sim, DAP vencida
- ☐ Sim, CAF ativa
- ☐ Não, mas tentei obter
- ☐ Não e nunca tentei
- ☐ Não conheço esses documentos

11. Você conhece ou já acessou o PRONAF?

- ☐ Não conhece
- ☐ Já ouviu falar
- ☒ Conhece, mas nunca acessou
- ☐ Já acessou

12. Você já participou de algum destes programas? (Pode marcar mais de um)

- ☐ PAA
- ☐ PNAE
- ☐ Garantia-Safra
- ☐ Programas Cisternas
- ☐ ATER
- ☐ Crédito Fundiário
- ☐ SEAF
- ☒ Nenhum

13. Você conhece o CEFIR/CAR - Cadastro Ambiental Rural?

- ☒ Sim, já fiz.
- ☐ Sim, mas não fiz por não ter acesso ao sistema.
- ☐ Sim, mas não tenho interesse em fazer
- ☐ Não conheço

14. Você já enfrentou dificuldades para regularizar sua propriedade?

- ☒ Não
- ☐ Sim, fundiária
- ☐ Sim, ambiental
- ☐ Sim, sanitária/comercial
- ☐ Outras

15. Quais dificuldades você encontra para acessar os programas públicos? (Marcar até 2)

- ☒ Falta de informação
- ☒ Burocracia
- ☐ Documentação
- ☐ Falta de apoio técnico
- ☐ Exigências dos bancos
- ☐ Distância/acesso
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Outras

SEÇÃO 4**Sustentabilidade e Percepções**

16. Seu imóvel/roça tem área de caatinga nativa ou revegetação?

- ☐ Sim
- ☒ Não

17. Você utiliza alguma prática sustentável em sua propriedade?

- ☐ Rotação de culturas
- ☒ Adubação orgânica
- ☐ Manejo integrado de pragas
- ☐ Plantio consorciado/ comodato
- ☐ Captação de água da chuva
- ☐ Nenhuma

18. Quais benefícios da Caatinga você identifica para sua produção?

- ☐ Não Contribui
- ☐ Contribui pouco
- ☒ Contribui Razoavelmente
- ☐ Contribui muito

19.Você conhece o Código Florestal?

- ☐ Nunca ouvi falar
- ☐ Já ouvi, mas não conheço
- ☒ Conheço pouco
- ☐ Conheço bem

20.Você recebe assistência técnica para sua produção?

- ☐ Não
- ☐ Sim, regularmente
- ☒ Sim, as vezes
- ☐ Sim, raramente

21.Você participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☒ Sim
- ☐ Não,mas tenho interesse
- ☐ Não e não tenho interesse

22. Como avalia o atendimento das políticas públicas em sua realidade?

- ☐ Não atendem
- ☒ Atendem pouco
- ☐ Atendem razoavelmente
- ☐ Atendem bem

23. Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar as políticas públicas para a agricultura familiar?

Da mais garantia, incentivar e segurança. Mais apoio dos governos para os agricultores

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários